

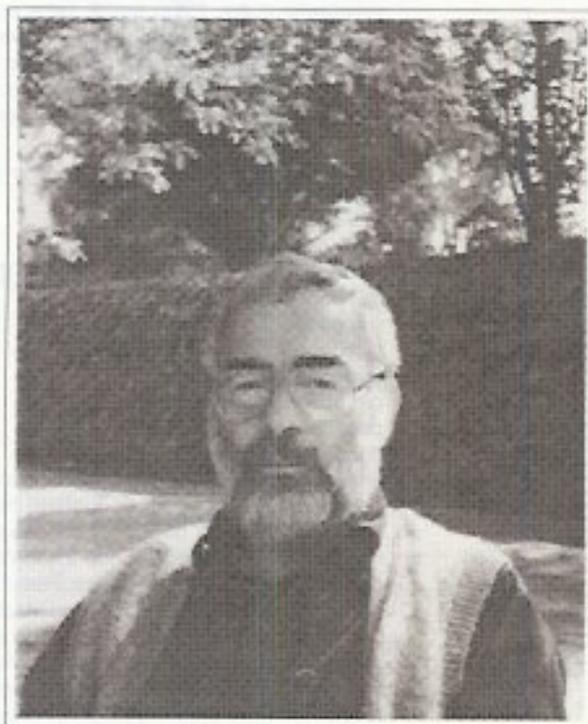
“A elite, no Brasil, era tão autoritária que não se importava se os negros ascendiam ou não”

Entrevista com o Historiador Norte-Americano

Herbert S. Klein*

Herbert S. Klein concedeu esta entrevista em Nova York, onde é desde 1969, professor do Departamento de História da Universidade de Columbia. É considerado um dos poucos historiadores que se preocupa em estudar comparativamente as diversas experiências de escravidão. Seu livro *A escravidão africana na América Latina e no Caribe* já é uma obra clássica entre nós. Para melhor desenvolver e divulgar suas pesquisas, Herbert S. Klein foi professor visitante em várias universidades em Toronto, Buenos Aires, Uruguai, Jerusalém, Paris, México, La Paz além de ter estado nas universidades brasileiras de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Foi pesquisador da Simon F. Guggenheim Fellow e Woodrow Wilson Center, Smithsonian Institution. Foi pesquisador de pós-doutorado em sociologia em Yale e professor visitante em St. Antony's College Oxford. Ele pôde contar com numerosos financiamentos para ensino e pesquisa da Comissão Fulbright assim como da Social Science Research Council, The National Endowment para humanidades, The Tinker Foundation, o Banco da Espanha e mais recentemente o Consejo Nacional para Ciencia y Tecnologia del Mexico. Professor Klein preside ainda a Conferência dos Historiadores Latino-Americanos da Associação de História Americana além de participar do conselho editorial de sete revistas de história nos Estados Unidos, Europa e América Latina.

Herbert S. Klein é um autor muito atuante e publicou treze livros além de mais de cem artigos em inglês, espanhol, francês, italiano, alemão e português em revistas dos Estados Unidos, Europa e América Latina. Recentemente, ele publicou um instigante artigo, juntamente com Clotilde Paiva, no *Journal of Social History*, no qual realiza uma detalhada análise demográfica e econômica sobre a população escrava e livre em Minas Gerais. Professor Klein é, pois, um dos pesquisadores que mais tem contribuído para os estudos demográficos no Brasil e gentilmente concordou em nos falar de seu trabalho nesta entrevista.



A primeira questão que gostaria de fazer, refere-se ao seu método de pesquisa. Quais as vantagens e dificuldades que o senhor vê no método comparativo? No seu primeiro livro, datado de 1967, já fazia um estudo sobre a escravidão na Virgínia e em Cuba. O que levou o senhor a interessar-se por este método?

O método comparativo é útil para examinar dois casos bem similares e para entender o que é diferente. Vejamos, por exemplo, casos de enfermidades. É preciso examiná-las em diferentes grupos e suas diferentes medicinas assim como os índices: idade, formas de contaminação, de controle etc. A história comparativa é, no entanto, difícil pois se escreve três livros no lugar de um. Você escreve um sobre a sociedade A e outro sobre a B, além da comparação entre elas, no caso, o terceiro livro. Mas em muitos casos esta é a única maneira de compreender, porque existem diferenças. Se em algumas partes do mundo se teve escravidão e estruturas iguais (*plantation*), por que os Estados Unidos são, por exemplo, diferentes do Brasil? Então, tem que se analisar aspectos como religião, ideologia,

organização social, organização cultural, assim como o tráfico de escravos etc. É sempre difícil controlar todas as variáveis, mas é um método bem definido no mundo científico, que você pode aplicar à história.

Como foi que veio a ter a sua atenção despertada pela nossa história e como tem se desenvolvido o seu contato com pesquisadores brasileiros?

Comecei em 1965 trabalhando na Bolívia para minha tese de doutorado, já que minha dissertação de mestrado havia sido sobre Cuba e Virgínia, um estudo comparativo sobre a escravidão. Eu tive um ano de bolsa no Brasil da Fundação Ford e decidi começar a estudar a escravidão brasileira. Lá pelos idos de 1966-7, estive estudando no Rio de Janeiro na Fundação Getúlio Vargas

* Entrevista concedida a Regina Célia Lima Xavier, doutoranda em História na Unicamp e autora de *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*.

como pesquisador e assistente, assim como no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico. Comecei estudando o tráfico de escravos, porque por acidente encontrei uma excelente coleção sobre este tema. Publiquei um livro onde metade dos capítulos são sobre o Brasil, o resto sobre o Caribe, os Estados Unidos etc. E assim comecei, estudei um ano e aprendi a falar um pouco de português, mas depois quase abandonei o Brasil. Voltei em 1977 para ensinar na Universidade Federal do Paraná. Há dez anos tive meu interesse renovado e em 1986 voltei para ensinar história quantitativa na Universidade de São Paulo. Recomecei a pesquisar sobre a escravidão e fui convidado por Eni de Mesquita Samara e por Maria Luiza Marçilio para atuar na área de demografia e história econômica. Nesta época comecei a estudar, com profundidade, São Paulo e Minas Gerais. Trabalhei também com outros pesquisadores na FEA, onde encontrei Iraci Costa, Nelson Nossio e Francisco Vidal Luna. Com eles trabalhei muito na área de demografia histórica, inicialmente voltados para o estudo da escravidão. Depois passei algum tempo em Belo Horizonte. Tenho um aluno que é professor na Universidade Federal de Minas, Antônio Mitre. Através dele conheci Douglas Libb que me apresentou, por sua vez, a Clotilde Paiva, com quem estou trabalhando agora. Passei também a trabalhar na USP e no Arquivo do Estado de São Paulo no qual encontrei os mapas de população. Luna estava pesquisando lá também e pouco a pouco começamos a trabalhar juntos. Trabalhei ainda em outros temas vindo a publicar inclusive um artigo sobre o mercado de mulas em Sorocaba. Todo ano vou ao Brasil pesquisar e no Arquivo Municipal de São Paulo estudei sobre a estrutura econômica dos eleitores nas eleições de 1880 e publiquei recentemente um artigo sobre este tema. Trabalhando em arquivos com pesquisadores, alunos da FEA além do trabalho no Cedeplar, posso dizer que comecei realmente a estudar a história demográfica no Brasil.

Nos seus últimos artigos sobre o Brasil, o senhor escreve sobre Minas utilizando o método demográfico. Quais as vantagens e limites que o senhor vê neste tipo de abordagem?

Eu sou do grupo que teve uma influência da escola francesa, dos *Annales*. Sempre pensei também que a população humana e seu nível demográfico constituem um fator básico a ser considerado na evolução histórica. Eu não tenho nada contra outros métodos, mas decidi por este. É um método que exige qualificação e trabalhei nos anos 60 com informática e estatística, áreas fundamentais em demografia. É preciso considerar que a quantidade de material é enorme. Quando comecei, a história social do Brasil no século XIX quase não existia e quase todo mundo estava usando os relatos de viajantes

para escrever sobre história social. Entretanto, antes do primeiro censo de 1872, existe uma enorme coleção de mapas estatísticos não-publicados e não-analisados. Esta é uma fonte para que se possa examinar a história econômica, social e demográfica. Dentro da área de demografia sempre enfatizei a história social. Embora tenha trabalhado em todas as áreas da demografia nunca me dediquei a sua forma mais pura. As desvantagens? É um estudo de grande porte para o qual tem que se ter qualificação, dinheiro, ajudantes, estudantes, amigos etc., para processar todos os dados. Uma vez processados, já se pode produzir bastante material sobre a estrutura demográfica, econômica e social. Não estou questionando outras áreas. Estou simplesmente assinalando que esta área, tradicional em países como a Inglaterra, França e Estados Unidos, oferece

possibilidades especiais para o estudo da história do século XIX brasileira. Há um enorme campo a ser explorado como a história rural ou a história urbana, sobre os quais não se conhece muita coisa. Quer dizer, os viajantes falavam disto e daquilo, mas não há maneira de comprovar os dados. É funda-

mental o estudo demográfico, já que existem fontes extraordinárias para isto. Podemos assim ter uma nova visão, muito mais sofisticada de Minas, por exemplo, através desta análise demográfica. Visão esta naturalmente não apenas demográfica mas também socioeconômica, porque inclui informações sobre economia, organização social etc., já que se tem não apenas dados como idade, sexo, estado civil mas também tipos de ocupações, padrões de posse e propriedade de terras, formas de moradia etc. Há uma grande novidade em tudo isto e acho que, ano que vem, os grupos de São Paulo e Minas vão expor uma nova visão sobre o dinamismo da área rural brasileira antes do capitalismo.

O senhor trabalha em seu último artigo basicamente com os dados do censo. Contudo a experiência dos historiadores brasileiros é diferente da dos americanos, que contam com um número mais rico e variado de fontes. No Brasil, temos a ausência de alguns registros e uma enorme imprecisão de dados oficiais. Como o senhor enfrenta, em suas análises, esta imprecisão dos dados?

O Brasil é pobre em relação à América Latina que conserva muito mais documentação histórica, com arquivos riquíssimos, com uma documentação cartorial importante e que é relativamente rara no Brasil. Na comunidade internacional isto pode significar algumas dificuldades. Fui questionado em relação a alguns de meus artigos, indagado sobre a ausência de outros tipos de documentação sobre o Brasil. Travei uma luta enorme contra uma importante revista porque no meu trabalho sobre a Bolívia e o Brasil no século XIX, apresentei mais informações sobre a Bolívia, porque existe uma quantidade enorme de documentação sobre o mundo tradicional es-

EU SOU DO GRUPO QUE TEVE UMA INFLUÊNCIA DA ESCOLA FRANCESA, DOS ANNALES

panhol que não existe paralelo no Brasil. É realmente um problema, mas temos que trabalhar com o material disponível embora se consuma mais tempo. Nos Estados Unidos, por exemplo, temos o censo que se inicia em 1790 e que se repete a cada década. E não apenas este. Temos um grupo em Minnesota que está criando mostras de cada censo, mostras individuais. Temos não apenas o material publicado, mas mostras detalhadíssimas de 1880-90, além de censos estaduais do século XIX. Temos informações de cada vagabundo no Estado de Nova York em 1830, por exemplo. Isto não quer dizer, entretanto, que a história social nos Estados Unidos hoje seja mais avançada que no Brasil. Ao contrário, há mais interesse no Brasil porque vocês têm uma variedade de escolas, a marxista, os Annales, a escola pós-moderna, escola de tudo. No Brasil se tem mais interesse e se antes o acesso à informática não era tão facilitado, hoje com a revolução do PC, com um esforço individual pode-se trabalhar. Há mais entusiasmo na história quantitativa, na história social e demográfica no Brasil que nos Estados Unidos no momento. É verdade que a tradição aqui é enorme, do século XIX até hoje. É verdade que aqui, e nos Estados Unidos, têm sociólogos e economistas que trabalham com os censos e que só agora, no Brasil, os economistas têm trabalhado com isto. Mas trabalhar com o Brasil não é impossível. O único problema é que estes mapas são quase a única fonte, porque as fontes cartoriais não têm a qualidade típica, por exemplo, do resto da América Latina. A história social é difícil no Brasil mas se você se esforça, há material e poderemos ter, por exemplo, uma excelente história de Minas e de São Paulo no século XIX.

O BRASIL É POBRE EM
RELAÇÃO À AMÉRICA LATINA
QUE CONSERVA MUITO MAIS
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA,
COM ARQUIVOS RIQUESSIMOS,
COM UMA DOCUMENTAÇÃO
CARTORIAL IMPORTANTE E QUE
É RELATIVAMENTE RARA NO
BRASIL.

O senhor, juntamente com outros historiadores, tem considerado a cor preta como indicadora da nacionalidade africana, exceto quando se diz preto crioulo, tratando-se aí de brasileiros. Mas este não parece constituir um padrão no Brasil, pois cor e nacionalidade podem parecer muito mais misturadas. No seu livro *A escravidão africana na América Latina e no Caribe*, o senhor considera que o que diferenciou estes lugares de outros foi a maneira como a questão da classe influenciou na definição de cor. Como lidar com isto e como considerar o racismo e a discriminação na produção dos dados usados na pesquisa demográfica?

Este é um debate enorme em Minas e não em São Paulo. Em Minas, qualquer análise demográfica mostra que os pretos são africanos, a não ser quando são citados como pretos crioulos, que são

brasileiros. Em São Paulo nenhum censo, nenhum mapa tem esta distinção e este é o debate com Iraci, Nelson e com todo o grupo. Libb e Paiva insistem que este é o sistema nos mapas de Minas Gerais e estou de acordo com eles. Existe um enorme debate na economia sobre este tema. Mas o caso de Minas não é generalizável. O que temos são os pretos crioulos, por um lado, e africanos, por outro. Podemos compará-los. Há os que argumentam que temos africanos em demasia, mas a diferença no padrão de cor, preto, pardo e branco, ainda existe. Estes pretos africanos constituem um grupo importante na definição da estrutura racial do Brasil. Mas, trata-se, somente de um debate sobre o africano em Minas, não estamos criticando o modelo racial do Brasil em geral. Estamos comparando pretos africanos com pretos crioulos e neste sentido, o padrão da estrutura racial como um todo não influencia os resultados de nossa pesquisa específica. Todo este debate se insere naquele que se faz com Martins, sobre a quantidade de africanos importados ou não, se havia dinamismo na população escrava ou não no século XIX. Refere-se a todo este debate sobre escravidão sem café e não sobre o debate relativo a estrutura racial.

O senhor tem considerado seguidamente em seus trabalhos a importância dos libertos e negros livres na população brasileira. Como o senhor avalia o peso político desta população e sua marginalização no período pós-abolição?

Os libertos e negros livres constituíram a maioria da população em 1872, eram mais numerosos que os brancos. Esta população não era marginalizada sob o ponto de vista demográfico. Eram pobres, é verdade. Os mais pobres da sociedade livre, é verdade. Mas existiam em todo o Brasil, em todas as ocupa-

ções, em todos os níveis. Neste sentido, abre-se o debate com Florestan Fernandes sobre os imigrantes e a idéia de que eles liquidaram os negros. Temos, é claro, que considerar o problema que o governo criou ao parar de registrar a cor nos anos posteriores à abolição. Temos o problema que é descobrir para onde foram os escravos depois da liberdade. Acredito que parte foi para a fronteira, para a velha agricultura, como Vassouras ou lugares assim, nos quais se tornaram moradores, sem o título de propriedade. A cidade de São Paulo foi criada também pelos imigrantes, pois lá existiam apenas 30 mil pessoas em 1880. E chegaram os italianos e ajudaram a criar a cidade de São Paulo. Os trabalhos históricos de Ianni, Cardoso e Fernandes são interessantes, mas não são exatos, possuem um trabalho mínimo de pesquisa e muita teoria. Os novos estudos mostram um dinamismo muito grande, mais importante do que eles consideraram. Eles simplesmente seguem um modelo,

um pouco como os Estados Unidos, nos quais os imigrantes chegaram nas cidades do Sul liquidando os ex-escravos. No entanto, não há dúvida que aqui a educação formal dos imigrantes era mais expressiva que a dos ex-escravos. Já os espanhóis que foram para o Brasil, tinham um nível de analfabetismo altíssimo. Então os imigrantes não formavam um grupo tão brilhante. Os imigrantes que foram para o Brasil eram os menos educados, porque a imigração brasileira foi subvencionada. Já os imigrantes que chegaram na Argentina e nos Estados Unidos, sem subvencção, tinham um nível um pouco mais alto, um menor nível de analfabetismo dos que os que chegaram no Brasil. Mas em São Paulo já não havia mais negros e mulatos em grande quantidade. Onde estavam é uma grande questão, talvez na fronteira, no Rio.

Ainda sobre a população de cor. O senhor aponta em seu trabalho para a importância do racismo na composição da comunidade negra. Cita o maior acesso a alforria e a maior mobilidade econômica e social experimentada pelos mulatos. Como o senhor avalia então dados como as diferenças de estado (escravos ou livres), de cor e origem, como definidores das relações entre a população de cor?

Em qualquer Estado que teve escravidão há preconceito e os brancos dominaram o padrão e quanto mais próximo dele, melhor. Obviamente os mulatos foram mais favorecidos, primeiro por serem filhos de brancos, depois por sua cor etc. Nota-se na estatística que normalmente os mulatos têm mais saúde que os pretos ou são mais ricos. Há distinções que mostram que o preconceito está funcionando minimamente nesta área para distinguir a comunidade. Se havia conflitos internos não sabemos, porque não há muita informação a este respeito. Que havia brancos pobres, sabemos muito bem. Que havia matrimônio entre brancos e pretos, sabemos também. Mas em qualquer sistema muito rígido como este nota-se mais movimento nas fronteiras. Quer dizer, pretos casando com mulatos não com brancos, mulatos casando com brancos não com pretos. É um processo comum como a ascensão da classe baixa para a classe média, uma vez que não se sobe da classe baixa para a rica numa geração. Nosso artigo mostra que os libertos tinham muitas semelhanças com as pessoas livres, podiam ter terras, escravos e outras coisas. Contudo, pequenas diferenças entre mulatos e pretos são uma indicação que o preconceito estava funcionando. Não se tratava de um mercado completamente aberto, com uma competição baseada na qualificação individual. Era desigual como nos Estados Unidos, apenas o tipo de preconceito é que é diferente, não há, neste sentido, falta ou inexistência de preconceito.

Analisando a economia mineira, o senhor conclui que esta província no século XIX, sofria menos as pressões do mercado externo por ter uma vigorosa economia interna. Que tipo de papel o senhor acha que Minas desenvolveu econômica e politicamente no Brasil? Segundo, se os escravos estavam empregados em outras atividades, não-exportadoras, e se a população livre era atuante, em que medida a escravidão em Minas era diferente da de outros lugares, como São Paulo, por exemplo? Os escravos mineiros teriam uma outra disciplina de trabalho ou uma maior mobilidade social?

Não. No artigo que escrevi com Luna sobre as leis municipais em São Paulo, notamos, aí, também um certo dinamismo, com trabalho têxtil e artesanal com escravos, pequena, média e grande agricultura etc. Assim, Minas e São Paulo em 1830-40 não eram tão diferentes. O grande argumento de Martins é para depois, referindo-se a 1872, quando havia 300 mil escravos em Minas que não estavam dedicados à indústria de exportação. Seria o único caso no mundo americano de grande concentração de escravos não-vinculados à indústria de exportação. Em Cuba, os escravos estavam concentrados em áreas dinâmicas também, mas havia a indústria de exportação, na qual havia um grande capital de escravos. Em Minas, havia a mesma quantidade de escravos que Cuba, mas não tinha uma grande indústria de exportação. No nosso caso, trata-se de 1830-40, antes do grande boom de café. Se você examinar Itu, Campinas e comparar com outras áreas de Minas como Sabará, você notará as diferenças. Mas há em São Paulo também um dinamismo extraordinário da população em geral, especialmente da população de escravos. Depois da era do café é que começam haver diferenças profundas.

De que maneira as diferentes experiências de escravidão, em sua opinião, determinaram as diferentes formas de racismo e discriminação presentes na sociedade brasileira e americana?

A existência de uma grande população de libertos antes da abolição, no Brasil, fez com que duas ou três gerações, antes mesmo do fim da escravidão, tivessem uma experiência de mercado, de luta pela sobrevivência, de capitalismo. Não é por acaso que as religiões afro-brasileiras são tão exuberantes. Depois da emancipação dos escravos, elas crescem, porque existe uma população já preparada, existe um mundo onde os ex-escravos entram sem grandes crises. Nos Estados Unidos eles estão concentrados no Sul, onde permanecem. Como não possuem terra são obrigados a submeter-se ao sho-

OS TRABALHOS HISTÓRICOS
DE IANNI, CARDOSO
E FERNANDES SÃO
INTERESSANTES, MAS NÃO
SÃO EXATOS, POSSUEM UM
TRABALHO MÍNIMO
DE PESQUISA E MUITA TEORIA.

re-cropping. No Brasil, eles escaparam das fazendas, este mundo comparativamente era mais complicado, porque os negros existiam em grande número ou porque estavam nas zonas urbanas mais importantes. Uma grande população de pretos e pardos livres, por várias gerações, foi dominante representando 60% da cidade de Salvador, por exemplo. Não era um grupo marginal apesar de ser mais pobre que outros. Esta experiência de um mundo livre, antes do fim de escravidão, no qual eles tinham que competir sem proteção alguma ou seguro social, foi importante para criar uma comunidade viável. Eu acho que a diferença na constituição da população livre criou formas de discriminação diferentes. A grande questão é saber exatamente o porquê. No começo, os Estados Unidos não eram tão diferentes do Brasil, havia o mesmo tipo de *plantation*, havia a coarctação, que foi uma prática em todas as colônias da América Latina depois

de 1800. Nos Estados Unidos, especialmente depois das rebeliões americanas, como a de Nat Turner, não houve mais esta prática. Já no Brasil, houve mais expansão. Você pode argumentar também que um país mais democrático tende a ser mais racista que um país autoritário. A elite, no Brasil, era tão autoritária que não se importava se os negros ascendiam ou não. Podiam ter o controle da situação. Vejo o preconceito como um mecanismo de controle, na forma como se entra no mercado. A classe alta no Brasil estava muito segura. Podia até aceitar casamentos inter-raciais. A questão de classe operou muito mais no Brasil também. A segurança da clas-

se alta determinou sua reação. Nos Estados Unidos há um debate enorme para saber quem é mais preconceituosa, a classe alta, média ou baixa. Argumenta-se que nas classes populares há mais preconceito, porque há maior competição, ou ainda que a elite tem medo de uma mobilidade demasiadamente rápida. O sistema democrático é mais aberto, do ponto de vista econômico. Nos Estados Unidos houve mais controle, fecharam mais o sistema, o que não aconteceu no Brasil onde os libertos e livres de cor eram importantes demais.

Eu queria que o senhor comentasse, um pouco, o debate sobre as minorias e a questão das cotas nos Estados Unidos.

Existe um forte debate nos Estados Unidos sobre a utilização das cotas. Argumenta-se que estão sendo mal utilizadas por não passarem pela questão da classe. Os afro-americanos ricos

têm o mesmo acesso que os pobres. Os latinos ricos têm o mesmo direito que os pobres. Tem alunos latinos, em melhor situação que a minha, que ganham bolsas como minorias. Não se leva a questão da classe em consideração. Isto gera uma grande reação por parte dos americanos brancos pobres que falam que todos são privilegiados menos eles. É um argumento importante. O nosso mecanismo de cotas é bom para abrir o sistema, mas uma vez aberto, precisa dar conta de outras variáveis. Eu acho que minoria e classe deveriam ter o mesmo peso. Não somos o melhor país, no mundo industrial, em termos de distribuição de renda.

O NOSSO MECANISMO DE COTAS É BOM PARA ABRIR O SISTEMA, MAS UMA VEZ ABERTO, PRECISA DAR CONTA DE OUTRAS VARIÁVEIS. EU ACHO QUE MINORIA E CLASSE DEVERIAM TER O MESMO PESO.

Bibliografia de Herbert S. Klein

Livros:

Slavery in the Americas, a comparative history of Cuba and Virginia. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana: la crisis de la generación Del Chaco. La Paz: Editorial Juventud, 1968.

Parties and political change in Bolivia, 1880-1952. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

The middle passage: comparative studies in the atlantic slave trade. Princeton: Princeton University Press, 1978.

(With KELLEY, J.). *Revolution and the rebirth of inequality. A theory applied to the National Revolution of Bolivia.* Berkeley: University of California Press, 1981.

Bolivia: the evolution of a multi-ethnic society. New York: Oxford University Press, 1982.

(With TEPASKE, J.). *Royal treasures of the Spanish Empire in America, 1580-1825.* Duhan: Duke University Press, 1982. 3 v.

(With BACHA, Edmar). *Transição incompleta: Brasil desde 1945.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2 v.

Entrevistas

African slavery in Latin America and the Caribbean. New York: Oxford University Press, 1986.

Bolívia. Do período pre-inca a Independência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Haciendas and ayllus: rural society in the Bolivian Andes in the 18th and 19th centuries. Standford: Standford University Press, 1993.

A imigração espanhola no Brasil, séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Sumaré: Idesp-Fapesp, 1994.

(With TERASKE, J.). *Ingresos e egresos de la real hacienda en Nueva Espana.* Mexico: Instituto Nacional de Antropología y Historia. 2 v.

Las finanzas del imperio español: ingresos y gastos en Mexico, Peru y Charcas, 1680-1809. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa: Instituto Mora, 1995.

Artigos em português:

Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. In: *Dados*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-27, 1978.

O tráfico de escravos de Angola para o Rio de Janeiro, 1795-1811. In: COSTA, Iraci Del Nero. São Paulo: Ed. Brasil: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1986. p. 77-94.

O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830. In: *Anais de História.* São Paulo, 1973. p. 85-101.

(Com LEFF, Nathaniel). O crescimento da população não-européia antes do início do desenvolvimento: o Brasil do século XIX. In: *Anais de História*, v. 1, 1974. p. 51-71.

Padrões de embarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos no Rio de Janeiro. In: PELAEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 99-114.

(Com ENGERMAN, Stanley). A demografia dos escravos americanos. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 208-27.

A população de Minas Gerais. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, p. 143-7, jan./abr. 1985.

(Com MATTOSO, K; ENGERMAN). Preços dos escravos libertos na Bahia, 1918-1888. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*, 1988. p. 60-72.

A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. In: *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 17, p. 129-60, 1987.

Tráfico de escravos. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. p. 51-9.

Novas interpretações do tráfico de escravos do atlântico. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 3-26, jan./jul. 1989.

A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil. In: *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 3, p. 457-76, set./dez. 1989.

A oferta de mueres no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. In: *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 347-72, maio/ago. 1989.

A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. In: *Cebrap*, São Paulo, v. 25, p. 95-117, out. 1989.

A integração social e econômica dos imigrantes portugueses em Brasil nos finais do século XIX e no século XX. In: *Análise Social*, v. XXVIII, n. 121, p. 235-65, 1983.

(Com CUNHA, F. Vidal). Escravos em SP no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, v. 20, n. 3, set./dez. 1990.

(Com HARBER, S.). As conseqüências econômicas da independência brasileira. In: *Cebrap*, São Paulo, n. 33, p. 236-48, jul. 1992.

(Com PAIVA, Clotilde). Escravos e livres no século XIX em Minas Gerais: campanha em 1831. In: *Estudos Econômicos*, v. 22, n. 1, p. 129-51, jan./abr. 1992.

A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de SP em 1880. In: *Dados*, v. 38, n. 3, p. 527-44, 1995.